

EDITAL AVISO DE DISPENSA № 001/2024 - CÂMARA DE ITAPISSUMA

A Câmara Municipal de Itapissuma, Estado de Pernambuco, com sede á Rua Manoel Lourenço, 26 – Itapissuma – PE, inscrita no CNPJ sob o nº 08.637.407/0001-36, por intermédio da diretoria financeira, torna público aos interessados, que fará realizar a **Dispensa de Licitação**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e regime de execução por preço unitário, sendo na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no presente e seus anexos, designando-se até o dia **05 de janeiro de 2024 até as 23:59hrs**, para entrega da proposta/cotação por e-mail: camaraitapissuma@gmail.com ou **presencialmente até o dia 05 de janeiro de 2024 as 17:00hrs** na tesouraria da Câmara Municipal de Itapissuma, lograda na Rua Manoel Lourenço, 26 – Itapissuma – PE, para entrega por parte dos interessados, dos envelopes de propostas financeiras.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O presente Edital tem por Objeto a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão de Eventos e das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube), conforme especificações constantes no Anexo I deste instrumento.
- 1.2. O valor global estimado para contratação será de R\$ 46.776,00 (quarenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais).

2. DA AQUISIÇÃO DO TERMO DA CONVOCAÇÃO E DO TERMO DE REFERÊNCIA.

2.1. Cópia edital poderá ser adquirir cópia do edital/termo de referência simplificado na tesouraria da Câmara Municipal de Itapissuma, lograda na Rua Manoel Lourenço, 26 – Centro – Itapissuma – PE, preferencialmente por meio digital, devendo o interessado disponibilizar a mídia para gravação, no portal da transparência da Câmara ou pelo e-mail: camaraitapissuma@gmail.com, das 08:00 as 17:00hs.

3. DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Os recursos para as despesas relativ<mark>as a</mark> este processo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: Poder Legislativo

Unidade: Câmara Municipal de Vereadores do Itapissuma

Projeto atividade: 0103101012.003 - Gestão dos Serviços Administrativos Elemento da Despesa: 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

E-MAIL: camaraitapissuma@gmail.com



4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Dispensa os interessados que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação e que apresentem propostas nos termos do item 6 do presente instrumento.
- 4.1. Ficarão, entretanto, impedidas de participar as Empresas:
- I. Cujos dirigentes, sócios ou gerentes tenham qualquer vínculo empregatício com a Contratante, respeitando o disposto no inciso III, do artigo 14º, da Lei Federal nº. 14.133, de 01.04.21;
- II. Que, por qualquer motivo, te<mark>nha</mark>m <mark>sid</mark>o declaradas inidôneas por ato que estejam temporariamente impedidas de licitar ou contratar com a Administração pública;
- III. Que, por qualquer motivo, tenham sido declaradas suspensas de participas de licitações ou contratar com a Administração pública;

5. DO RITO PROCESSUAL

- 5.1. Inicialmente os interessados deverão encaminhar por e-mail: camaraitapissuma@gmail.com até o (dia 05 de janeiro de 2024 até as 23:59hrs) ou na tesouraria da Câmara Municipal de Itapissuma, lograda na Rua Manoel Lourenço, 26 Centro Itapissuma PE, proposta de preços na forma indicada nos subitens que compõe o item 6 do presente edital juntamente com os documentos de habilitação mencionados nos subitens do item 7 do presente, até o dia e horário indicado no preâmbulo (dia 05 de janeiro de 2024 as 17:00hrs);
- 5.2. Após a entrega das propostas por parte dos interessados, essas serão analisadas pelo setor competente quanto aos cumprimentos das condições deste edital e avaliação da(s) proposta(s) de menor preço para os itens;
- 5.3. Após cumprimento do item anterior, proceder-se-á com a análise dos documentos de documentos de habilitação mencionado no item 7 (os quais deverão ser apresentados no mesmo momento das propostas de preços), da empresa detentora da proposta de menor preço por item. Os esclarecimentos e demais documentos necessários será(ão) requisitado ao respectivo por intermédio do endereço de e-mail, indicado nos documentos apresentados, para que apresente os documentos/informações requisitadas no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado a partir da convocação.



Vereador Casa Frei Caneca

- 5.3.1. O prazo acima mencionado poderá ser prorrogado por mais 01 (um) dia útil, mediante a apresentação das justificativas, pelo não cumprimento, as quais serão avaliadas pela autoridade competente, que decidira pela concessão de novo prazo ou não.
- 5.3.2. A não apresentação no prazo estipulado e não apresentação de justificativas implicará na desclassificação e convocação da subsequente, em linha de classificação para apresentação dos referidos, caso necessário.
- 5.4. Apresentados os documentos de habilitação, estes serão analisados quanto ao cumprimento dos itens requisitados no presente e em seguida, será elaborado relatórios do processo que será encaminhado a autoridade competente para deliberação ou adoção das medidas que entender necessárias.
- 5.4.1. O não cumprimento dos requisitos de habilitação ensejará na inabilitação da empresa participante e, por consequência será(ão) convocado(s) o(s) participante(s) remanescente(s), em ordem de classificação para apresentação destes e avaliação quanto a seu cumprimento.
- 5.5. Após a homologação, adjudicação e devidamente autorizada a aquisição do objeto do presente processo, será convocado o participante detentor da proposta de menor preço por item para assinatura da Carta Contrato.
- 5.6. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Carta Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS;

- 6.1. A proposta de preço deverá ser apresentada com as seguintes exigências:
 - a) Ser datilografada/digitada com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricada e numeradas todas as suas folhas;
 - b) Mencionar o número do processo e Dispensa, contendo a razão social da licitante, bem como endereço e o código de endereçamento postal;
 - c) Conter preços unitários, total e global, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, sem ressalvas, entrelinhas, emendas, rasuras ou borrão, estando neles incluídos todas as despesas;



Vereador Casa Frei Caneca

- d) Existindo discrepância do preço global em número e por extenso, prevalecerá este último;
- e) Deverá estar incluído no preço unitário todos os custos da mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, uniformes, tributos e quaisquer outros encargos que incidam sobre a prestação do serviço a ser executado;
 - 6.2. A proposta de preços deve conter prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- 6.3. Juntamente com a proposta, para verificação de sua conformidade com os requisitos técnicos exigidos, as proponentes deverão apresentar as marcas de todos os produtos descritos na proposta de preço, escrito em língua portuguesa e contendo as especificações técnicas de cada um.
- 6.4. Erros de natureza formal <mark>ou material, assim consid</mark>erados as falhas presentes na proposta de preços que não impeçam a caracterização da oferta apresentada pelo licitante e sua adequação ao objeto desta licitação, não ensejarão a desclassificação.
- 6.5. A proposta de preços poderá ser elaborada e apresentada com base no modelo proposto, Anexo I A deste edital.

7. DA HABILITAÇÃO OS SEGUINTES DOCUMENTOS:

- 7.1. A documentação relativa à habilitação Jurídica consistirá em:
 - a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - d) Decreto de autorização, em que se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - e) Documento de identificação oficial com foto do representante legal da instituição;



Vereador Casa Frei Caneca

- 7.2. A documentação relativa à regularidade Fiscal consistirá em:
 - a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ;
 - b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
 - d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.
 - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7.3. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá em:
 - a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo representante legal da empresa ou entidade;
- 7.4. ANEXO IV- Declaração De Pleno Atendimento Aos Requisitos De Habilitação;
- 7.5. ANEXO V- Modelo De Declaração De Inexistência De Fato Superveniente Impeditivo À Habilitação;
- 7.6. ANEXO VI- Declaraç<mark>ão</mark> Do Cumprimento Do Disposto No Inc<mark>iso</mark> XXXIII Do Art. 7º. Da Constituição Federal:
- 7.7. ANEXO VII- Declaração De Enquadramento Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte (SE APLICÁVEL).

8. DAS SÃÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Vereador Casa Frei Caneca

- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou docum<mark>en</mark>tação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que <mark>co</mark>meter qualquer das <mark>infrações di</mark>scrim<mark>in</mark>adas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da <mark>res</mark>ponsabilidade civil e criminal, às seg<mark>uin</mark>tes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (UM por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



Vereador Casa Frei Caneca

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administraç<mark>ão</mark> Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



Vereador Casa Frei Caneca

- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 9.1. O procedimento será divulgado no Portal da Transparência do município do ITAPISSUMA e diário Oficial dos Municípios para conhecimento dos interessados.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necess<mark>idad</mark>e de realizaç<mark>ão de</mark> ato de qual<mark>qu</mark>er natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.
- 9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



Vereador Casa Frei Caneca

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10. DOS ANEXOS

ANEXO I - Termo de referência; ANEXO II - Modelo de proposta. ANEXO III - Minuta do Contrato.

ANEXO IV - Declaração De Pleno Atendimento Aos Requisitos De Habilitação

ANEXO V - Modelo De Declaração De Inexistência De Fato Superveniente Impeditivo

À Habilitação

ANEXO VI - Declaração Do Cumprimento Do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º. Da

Constituição Federal

ANEXO VII - Declaração De Enquadramento Como Microempresa Ou Empresa De Pequeno

Porte

ITAPISSUMA, 02 de janeiro de 2024.

Jefferson Telles Alves Carneiro De Albuquerque Presidente Da Câmara Municipal

E-MAIL: camaraitapissuma@gmail.com

ANEXO I - AVISO DE DISPENSA № 001/2024 - CÂMARA DE ITAPISSUMA

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube).

DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de pessoa física ou jurídica especializada na prestação de serviços de produção de vídeo e operacionalização da transmissão de eventos e das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma se justifica pela necessidade de garantir a transparência, a acessibilidade e a eficiência na comunicação das atividades legislativas com a população. Em um contexto onde a informação precisa fluir de maneira rápida e abrangente, a utilização das redes sociais como plataformas de transmissão é uma ferramenta indispensável para aproximar o cidadão do processo legislativo e assegurar a participação democrática.

Primeiramente, a produção de vídeo de alta qualidade e a transmissão eficiente das sessões da Câmara Municipal nas redes sociais, como Facebook e YouTube, são essenciais para garantir que os cidadãos tenham acesso em tempo real às deliberações e decisões tomadas pelos seus representantes. A transparência na gestão pública é um princípio fundamental que fortalece a confiança da população nas instituições democráticas. Ao transmitir as sessões de maneira clara e acessível, a Câmara Municipal não apenas cumpre com suas obrigações legais, mas também promove uma cultura de transparência e responsabilidade pública.

A complexidade técnica envolvida na produção de vídeo e na transmissão ao vivo requer a expertise de profissionais qualificados. A contratação de uma pessoa física ou jurídica especializada assegura que todos os aspectos técnicos, desde a captação de imagem e som até a edição e transmissão, sejam executados com a máxima qualidade. Profissionais especializados possuem o conhecimento necessário para lidar com eventuais problemas técnicos, garantindo uma transmissão contínua e sem interrupções. Além disso, eles podem utilizar equipamentos de última geração e técnicas avançadas de produção para garantir que o conteúdo seja apresentado de maneira profissional e atraente.

A operacionalização das transmissões nas redes sociais também envolve o gerenciamento eficaz das plataformas de mídia digital. Cada rede social possui suas próprias características e requisitos técnicos, que devem ser atendidos para garantir uma transmissão de qualidade. Especialistas na área são capazes de configurar e otimizar as transmissões para cada plataforma específica, assegurando que o público tenha uma experiência de visualização positiva e que o conteúdo atinja o maior número possível de espectadores. Essa expertise é vital para maximizar o alcance e o impacto das

Vereador Casa Frei Caneca

transmissões, promovendo uma maior participação e engajamento da comunidade.

Outro aspecto crucial é a capacidade de produção de conteúdo adicional que complemente as transmissões ao vivo. Isso pode incluir a criação de vídeos informativos, highlights das sessões, entrevistas com vereadores e materiais educativos sobre o funcionamento da Câmara Municipal. A contratação de uma pessoa física ou jurídica especializada permite a criação de uma estratégia de comunicação integrada, que vai além das transmissões ao vivo e inclui a produção de diversos tipos de conteúdos audiovisuais. Esses materiais podem ser utilizados para engajar o público de diferentes maneiras e em diversos momentos, ampliando o impacto das atividades legislativas na comunidade.

Além disso, a contratação de serviços especializados de produção de vídeo e transmissão ao vivo contribui para a modernização da comunicação institucional da Câmara Municipal. Em uma era digital, onde a informação é consumida rapidamente e em múltiplos formatos, é crucial que as instituições públicas adotem práticas de comunicação modernas e eficazes. A presença ativa nas redes sociais e a utilização de vídeos de alta qualidade são estratégias que podem melhorar significativamente a percepção pública da Câmara Municipal, destacando-a como uma instituição transparente, acessível e moderna.

A profissionalização da transmissão dos eventos e reuniões também tem um impacto positivo na imagem institucional da Câmara Municipal. Transmissões de alta qualidade demonstram um compromisso com a excelência e a transparência, reforçando a credibilidade da instituição perante os cidadãos. Isso é particularmente importante em um contexto onde a confiança nas instituições públicas pode estar fragilizada. Ao investir em serviços de produção de vídeo e transmissão ao vivo, a Câmara Municipal de Itapissuma demonstra seu compromisso em fornecer um serviço público de qualidade, atendendo às expectativas da população e cumprindo seu papel de forma exemplar.

Em suma, a contratação de pessoa física ou jurídica especializada na prestação de serviços de produção de vídeo e operacionalização da transmissão de eventos e reuniões da Câmara Municipal de Itapissuma é uma medida indispensável para garantir a transparência, a acessibilidade e a modernização da comunicação institucional. Essa contratação permitirá que a Câmara Municipal ofereça transmissões de alta qualidade, engaje a comunidade de maneira eficaz e promova uma cultura de transparência e responsabilidade pública. Dessa forma, a instituição poderá cumprir seu papel de maneira exemplar, assegurando que a população esteja bem informada e participativa nas atividades legislativas.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá disponibilizar sinal de áudio e de vídeo, com identificação de pessoas através de gerador de caracteres, para fins de transmissão pela internet. Deverá disponibilizar 02 Câmeras de filmagem FullHD, que terão formato de transmissão streaming de vídeo, com as seguintes configurações de resolução: 1280X720 a 30 fps - 2500kbps ou 1920x1080 a 30fps - 4500kbps. tendo como padrão de nome o número da sessão e data. A estrutura de equipamentos para a realização dos serviços de filmagem, gravação e edição das sessões serão fornecidos pela contratada.

DO VALOR ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	Vl. Unit.	Vl. Total
1	Serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão de Eventos e das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube)	12	MÊS	R\$ 3.898,00	R\$ 46.776,00

Valor global estimado para contratação será de R\$ 46.776,00 (quarenta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais).

DO MEMORIAL DESCRITIVO DOS PRODUTOS E DOS SERVICOS

- Captação de vídeo em formato digital, com resolução mínima de 1920x1080 e um mínimo de 23.96 quadros por segundo; - A filmagem deve ser realizada com 02 Câmeras Full HD: uma fixa em um plano geral e outras com operação marcando planos fechados dos integrantes da sessão plenária, ambas conectadas ao computador por meio de cabos digitais HDMI; - A captação de áudio será obtida diretamente do sistema de som já existente no Plenário, cabendo à contratada o processamento do áudio para a gravação e transmissão. - Configurações dos arquivos de Áudio: compactado no padrão AAC, com bitrate variável de 128 kbps. • O áudio deve ser mantido em níveis razoáveis de amplitude, sendo admissível o uso de pós processamento digital apenas para tal fim (eliminação de clipping e/ou normalização). Recomenda-se que a faixa média aproximada de áudio situe-se entre -4 e -6 dbfs.

DO CORPO TÉCNICO

A empresa deverá disponibilizar, no mínimo, 01 (um) profissional para realizar a captação de imagens, e inclusão de legendas do material que será transmitido.

A empresa contratada deverá designar um responsável técnico para acompanhar os serviços, profissional que deverá estar disponível para atender as solicitações e os esclarecimentos solicitados pelo Gabinete da Presidência ou pela Assessoria de Comunicação Social.

DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A empresa contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os equipamentos/materiais/softwares abaixo listados: - 02 Câmera de vídeo digital, FullHD 1920x1080 linhas de resolução, ou com qualidade superior; - no mínimo 02 tripés com Cabeça, Computador, placas de captura de vídeo, placa de áudio e Suporte para gravação do programa ao vivo das sessões plenárias

DO CRONOGRAMA DE EVENTOS

O cronograma do objeto desta licitação, será estabelecido conforme a agenda parlamentar desta Casa Legislativa, tendo como base o Regimento Interno, o qual estipula o quantitativo de 02 (duas) sessão ordinária por semana. Ressalta-se que caberá também realizar cobertura das sessões extraordinárias. As sessões extraordinárias não possuem quantitativo fixo de realização, diante disto, em análise nas médias dos últimos anos, conclui-se que podem ocorrer até 01 sessão extraordinária por mês.

Planejamento e Preparação:

- Reunião inicial com os representantes da Câmara Municipal para entender as necessidades e expectativas específicas para a transmissão de eventos e reuniões.
- Elaboração de um cronograma detalhado das atividades, incluindo datas e horários das reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como outros eventos programados.
- Definição das especificações técnicas para a produção de vídeo e transmissão ao vivo, incluindo equipamentos necessários, como câmeras, microfones, iluminação e software de transmissão.

Equipamento e Configuração Técnica:

- Instalação e configuração dos equipamentos de vídeo e áudio nas dependências da Câmara Municipal.
- Testes preliminares de transmissão para assegurar a qualidade de imagem e som, bem como a estabilidade da conexão com as plataformas de redes sociais (Facebook e YouTube).
- Configuração de perfis e canais oficiais da Câmara Municipal nas redes sociais para otimizar a transmissão ao vivo e garantir a integração adequada dos sistemas.

Produção e Transmissão ao Vivo:

- Captação de imagens e som de alta qualidade durante as sessões ordinárias e extraordinárias, bem como outros eventos relevantes.
- Edição e preparação de conteúdos em tempo real para transmissão ao vivo, garantindo a clareza e a profissionalidade das transmissões.
- Monitoramento contínuo da transmissão ao vivo para identificar e resolver rapidamente quaisquer problemas técnicos que possam surgir.

Pós-Produção e Divulgação:

• Edição dos vídeos das sessões e eventos para publicação posterior nas redes sociais e no site oficial da Câmara Municipal.



Vereador Casa Frei Caneca

- Criação de resumos e highlights das reuniões para facilitar o acesso e o entendimento do público sobre os principais pontos discutidos.
- Publicação dos vídeos editados e outros conteúdos complementares nas plataformas digitais, com descrições detalhadas e tags adequadas para otimização de buscas.

Gestão de Redes Sociais:

- Gerenciamento das contas oficiais da Câmara Municipal nas redes sociais, incluindo a programação e a publicação de conteúdos relacionados às transmissões ao vivo.
- Interação com o público durante e após as transmissões, respondendo a perguntas e comentários para promover o engajamento e a participação cidadã.
- Análise de métricas e feedback das transmissões para melhorar continuamente a qualidade e a eficácia das comunicações digitais.

Capacitação e Suporte Técnico:

- Treinamento dos servidores da Câmara Municipal sobre o uso dos equipamentos de vídeo e as plataformas de transmissão ao vivo.
- Disponibilização de suporte técnico contínuo para resolver quaisquer dúvidas ou problemas relacionados às transmissões e à produção de vídeos.
- Consultoria para a adoção de novas tecnologias e práticas inovadoras que possam aprimorar a qualidade das transmissões e a interação com o público.

Relatórios e Avaliações:

- Elaboração d<mark>e r</mark>elatórios periódico<mark>s detalhand</mark>o as <mark>ati</mark>vidades realizadas, os resultados obtidos e as recomendações para melhorias futuras.
- Reuniões de avaliação com os representantes da Câmara Municipal para discutir o desempenho das transmissões e implementar ajustes necessários.
- Análise de feedback do público e das métricas de visualização para identificar áreas de sucesso e oportunidades de aprimoramento.

Flexibilidade e Adaptabilidade:

- Disponibilidade para realizar serviços de forma presencial e/ou remota, conforme a necessidade e a conveniência da Câmara Municipal.
- Adaptação às mudanças de calendário e às demandas emergentes, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.
- Implementação de medidas de contingência para assegurar que as transmissões ocorram conforme planejado, independentemente de imprevistos técnicos ou logísticos.

Atualização e Melhoria Contínua:



Vereador Casa Frei Caneca

- Manutenção de um processo contínuo de atualização tecnológica e capacitação profissional para acompanhar as tendências e inovações no campo da produção de vídeo e transmissão ao vivo.
- Implementação de melhorias contínuas nos processos de produção e transmissão com base nas melhores práticas do mercado e no feedback obtido.

Documentação e Conformidade Legal:

- Elaboração e manutenção de toda a documentação necessária para a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.
- Garantia de que todos os conteúdos transmitidos e publicados respeitem os princípios de transparência, legalidade e ética exigidos na gestão pública.

DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA

Trata-se de certame realizado com base no disposto no art.75, inciso II da Lei n. 14.133/2021 atualizados pelo Decreto nº 11.317/2022 que permite a dispensa de licitação para contratações para serviços que não excedam ao limite de **R\$ 59.906,02** (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos),não havendo impedimento legal para a contratação mediante dispensa, optou-se pela realização nos moldes do art. 75, II, da nova lei de licitações, o que possibilitará ampla concorrência, devido à obrigatoriedade de publicação de aviso em site oficial por pelo menos 03 (três) dias úteis, fato que oportunizará ampla concorrência, prestigiando a contratação mais vantajosa para a Câmara Municipal.

PERÍODO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de<mark>ste c</mark>ontrato iniciará na data de ass<mark>ina</mark>tura do contrato, com término em 31/12/2024, podendo ser prorrogado nas h<mark>ipóte</mark>ses legais.

RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

São razões da escolha do fornecedor: a apresentação de toda a documentação referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como a oferta do menor preço global dentre aqueles que participaram da pesquisa de preços, o que caracteriza a proposta mais vantajosa à Câmara Municipal.

PRAZO E CONDICÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e



conta corrente indicados pelo contratado.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da carta contrato.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I=Índice de compensação financeira, assim apurado:



Vereador Casa Frei Caneca

$$I = (TX)$$
 $I = \frac{(TX / 100)}{365}$

TX = Percentual da taxa anual = Taxa **SELIC** vigente no momento da apuração;

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Filmagem integral das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, com indicação da identidade visual da transmissão, de acordo com o pacote gráfico da Câmara, incluindo legendas, com nome dos vereadores.
- -Os equipamentos e matérias necessários para gravação e posterior arquivo correrão por conta da contratada.
- -Todos os equipamentos necessários para o cumprimento do presente contrato ficarão a cargo CONTRATADA, não tendo a CONTRATANTE ônus com os mesmos.
- Não transferir a outro, em todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência da Câmara Municipal;
- Disponibilizar técnicos suficientes, que deverão compor a equipe, para garantir a execução deste objeto.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- -Permitir o acesso d<mark>os e</mark>mpregados da CONTRATADA, d<mark>evi</mark>damente identificados, às suas dependências para execução de serviços referente ao objeto do pretenso contrato, quando necessário;
- -Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto do contrato;
- -Exigir o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto a não interrupção dos serviços ora pactuados;
- -Nomear um representante para a fiscalização deste contrato nos termos do art. 67 da lei 8.666/93;
- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
- -A Câmara não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária, decorrentes da execução da prestação de serviço cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente ao fornecedor de serviços;
- A Câmara Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo prestador de

serviços com terceiros.

- A Câmara Municipal oferecerá todo o suporte necessário para o fiel cumprimento das obrigações do fornecedor de serviços.

REAJUSTE OU REPACTUAÇÃO

Os valores dos serviços especificados neste termo serão fixos e podem ser prorrogados por iguais períodos, conforme estabelece a legislação vigente;

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

- A fiscalização da prestação dos serviços será exercida por um representante da **CONTRATANTE** devidamente credenciado pela Câmara Municipal, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços e exercer em toda a sua plenitude a ação fiscalizadora de que trata a Lei nº 8.666/93;
- A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos;
- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados se considerados em desacordo ou insuficientes, conforme os termos discriminados na proposta da **CONTRATADA.**

DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente termo de ref<mark>erê</mark>ncia é parte integrante do contrato que dará origem, vinculando-o em todos os termos.

As partes elegem o foro da comarca de Itapi<mark>ssum</mark>a-PE p<mark>ara d</mark>irimir quaisquer problemas oriundas da presente contratação.

Itapissuma, 02 de janeiro de 2024.

Jefferson Telles Alves Carneiro De Albuquerque Presidente Da Câmara Municipal

ANEXO II - AVISO DE DISPENSA № 001/2024 - CÂMARA DE ITAPISSUMA

MODELO DE PROPOSTA

(timbre da empresa)

PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2024 - CÂMARA DE VEREADORES

À Câmara de Itapissuma.

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão de Eventos e das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VI. Unit.	VI. Total
1	serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão de Eventos e das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube)	12	MÊS	7	

Valor Total de: R\$ XXX,XXX (XXXXXX) - Todas as despesas fica por conta da contratada.

O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS DE PREÇOS É DE 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS, CONTADOS DA DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO.

Declaramos q<mark>ue estamos de ple</mark>no acor<mark>do co</mark>m todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:



Vereador Casa Frei Caneca

Razão Social:		
CNPJ/MF:		
Endereço:		_
Tel./Fax:		
CEP:		= 7
Cidade:	UF:	
Dados do Representa Nome:	ante Legal da Empr	esa para assinatura do Contrato:
Endereço:	/ 10/ 10/	
CEP:Cidade:_	4/2/1/1	UF:
CPF/MF:	Car <mark>go/Fu</mark> nção:	- PS
RG nº:	Expedido por:	
Naturalidade:	Nacionalidade: _	- 17 AT 18
XXXXXX XXXX XXX (a	cidade), XX (dia) de	XXXXX (mês) de XXXX (ano);

(nome do representante) (CPF/CNPJ)



Vereador Casa Frei Caneca

ANEXO III - AVISO DE DISPENSA № 002/2024 - CÂMARA DE ITAPISSUMA

MODELO DA CARTA CONTRATO

PROCESSO ADMI	NISTRATIVO 00	02/2024 -	CÂMARA I	DE VEREAD	ORES
CONTRATO Nº	/2024.				

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto da presente Carta Contrato é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de produção de vídeo, e operacionalização da transmissão das reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Itapissuma, que deverão ser transmitidas nas redes sociais da Casa (Facebook e Youtube), conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos do processo.
- **1.2.** Este Contrato vincula-se ao Termo de Referência, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. início		-		•				•		117au0 1			uc	Referência,	COIII
micio .	na	uata t	ıe	/	/2024	r e en	cerramei	ito ei	II	/	/ /	2024.			



Vereador Casa Frei Caneca

3 CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

- **3.1.** O valor da presente Carta Contrato é de **R\$ XX,XX (xxxxxxxxxxxxx).**
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta carta contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

XX.XX - XXXXXXXXXXX

xx.xx - xxxxxxxxxxxxxxx

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto da carta contrato.
- 5.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.4. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



Vereador Casa Frei Caneca

- 5.5. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.5.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I=Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX)$$
 $I = \frac{(TX / 100)}{365}$

TX = Percentual da taxa anual = Taxa SELIC vigente no momento da apuração;

6. CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE

6.1. As regras acerca d<mark>o re</mark>ajuste do valo<mark>r con</mark>tratual são as <mark>es</mark>tabelecidas no Termo de Referência, anexo a esta Carta Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA/EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os prazo e condições para entrega/execução do objeto do presente instrumento são aqueles constantes no Termo de Referência e na proposta.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA



Vereador Casa Frei Caneca

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao presente instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, a Contratada que:
- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2. multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 10.2.3. multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União pelo prazo de até cinco anos;



Vereador Casa Frei Caneca

- 10.2.7. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.
- 10.2.8. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 10.4.1. tenham sofrido condenaç<mark>ão definitiva por pratic</mark>ar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- 10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 10.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.



Vereador Casa Frei Caneca

- 10.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização PAR.
- 10.10. A apuração e o julgamento das d<mark>em</mark>ais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 10.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- RESCISÃO

- 11.1. A presente Carta Contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1. por ato unilater<mark>al e es</mark>crito da Administr<mark>ação, conforme incis</mark>o II do art. 104 2021, nas causas previstas no art. 137, sem prejuízo da aplicação <mark>das sanções</mark> previstas no Termo de Referência;
- 11.1.2. consensualmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.3. determinada por <mark>dec</mark>isão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial, os termos do art. 138, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 138, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:



Vereador Casa Frei Caneca

- Art. 138. A extinção da carta contrato poderá ser:
- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
- 12.1.1. caucionar ou utilizar este Carta Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da carta contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da carta contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos se<mark>rão</mark> decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- 15.1. O acompanhamento/Gestão e fiscalização da presente carta contrato será realizado por servidor devidamente indicado pelo gestor, por meio de instrumento próprio, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução da presente carta contrato.
- 15.2. Caberá ao gestor da carta contrato:



Vereador Casa Frei Caneca

- 15.2.1. Organizar os custos e prazos dessa mesma carta contrato; Executar de forma mais econômica e:
- 15.2.2. Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar o processo administrativo à unidade de contratos, com a solicitação de prorrogação;
- 15.2.3. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor da carta contrato não seja ultrapassado;
- 15.3. Caberá ao fiscal da carta contrato:
- 15.3.1. Verificar se a execução do objeto da carta contrato está ocorrendo conforme as normas e procedimentos previstos no contrato;
- 15.3.2. Está incumbido o fiscal da carta contrato ao devido acompanhamento cotidiano da execução da carta contrato, cabendo-lhe verificar o cumprimento dos prazos e de outras condições estabelecidas pelas obrigações as<mark>sumidas entre contratante</mark> e contratado, para que a Administração se certifique que está sendo executado o que efetivamente fora pactuado;
- 15.3.3. Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços será cumprida integral ou parceladamente;
- 15.3.4. Anotar em formulário próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da carta contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 15.3.5. Receber e atestar as notas fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- 15.3.6. Comunicar à un<mark>idad</mark>e competente, for<mark>malmente,</mark> irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;
- 15.3.7. Solicitar à unidade <mark>co</mark>mpetente escla<mark>reci</mark>mentos de dúv<mark>id</mark>as relativas a carta contrato sob sua responsabilidade;
- 15.3.8. Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 15.3.9. Comunicar à unidade competente eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;
- 15.3.10. Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos na carta contrato;

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA-PUBLICAÇÃO



Vereador Casa Frei Caneca

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

- 17.1. É eleito o Foro da comarca de Itapissuma PE para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Carta Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 138 da Lei nº 14.133/2021.
- 17.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Carta Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

ITAPISSUMA, xx de xxxxxxxxxxxx de 2024

CÂMARA DE ITAPISSUMA

FONES: (81) 3548.1288 – 3548.1525 E-MAIL: camaraitapissuma@gmail.com



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À		
Câmara Municipal	l de Itapissuma – PE	
Att.: Agente de Co	The state of the s	
	(3)	
Ref.: PA xxx/202	24 DISPENSA N°.xxx/2024	
		DIANE.
	* CONTRACTOR	S 1419
		, por <mark>inte</mark> rmédio do seu representante
legal, Sr	, po <mark>rta</mark> dor da carteira de identidade	e n°, expedida pelo,
DECLARA para o	s devid <mark>os fin</mark> s, que cumpre plenamente	os requ <mark>isit</mark> os de habilitação exigidos no
edital do certame	licitatór <mark>io, D</mark> ISPENSA № xxx/20 <mark>24.</mark>	
	ran -	
	Lo <mark>cal</mark> e data.	
	Nome e assinatu <mark>ra do</mark> represe:	ntante legal.



Vereador Casa Frei Caneca

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

À						
Câmara Municipa	l de Itapiss	uma – PE				
Att.: Agente de Co	-					
Ref.: PA xxx/202	24 DISPEN	SA N°.xxxx	<mark>:/2024</mark>		DI FATTE	
					NW.	
	_(nome	da en	npresa),	CNPJ/MF	nº	, (endereço
completo)	, de	eclara sob	as penas	da lei que	até a presente da	ata inexistem fatos
supervenientes in	mpeditivos	para a sı	ua habilita	ação na licita	ação <mark>em</mark> referênci	a e está ciente da
obrigatoriedade d	le declarar	<mark>oc</mark> orrência	s posterio	res.		
	(Local),	de	e	de 2024.	
			(local	e data)		
(n	ome, carin	nbo e assi	natura do	representa	nte legal da empr	esa)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À
Câmara Municipal de Itapissuma – PE
Att.: Agente de Contratação
Ref.: PA xxx/2024 DISPENSA N°.xxxx/2024
, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante
legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF-MF
n^{0} , DECLARA , para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68, da Lei n. 14.133, de 1^{0}
de abril de 2021 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega meno <mark>r, a pa</mark> rtir de quatorze an <mark>os, na con</mark> dição de <mark>apr</mark> endiz ()
(Observação: em caso af <mark>irm</mark> ativo, assinalar a r <mark>essalva acim</mark> a)
(loc <mark>al e d</mark> ata)
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



Vereador Casa Frei Caneca

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À	
Câmara Municipal de Itapissuma – PE	
Att.: Agente de Contratação	
Ref.: PA xxx/2024 DISPENSA N°.xxxx/2024	
(97	
A empresa	inscrita no CNPJ sob o n°
, domiciliada na Rua	, DECLARA, sob as penas da lei,
para fins do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº. 123 de 1	
a) Se enquadra como MICROEMPRESA - ME ou EMPRESA	DE PEQUENO PORTE - EPP;
b) A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o dispo art. 3º da Lei Complementar nº123 de 14.12.2006;	ost <mark>o nos</mark> incisos I (ME) e II (EPP) do
c) Não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do a obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.	art. 3º, da mesma lei, ciente da
Local e Data	
Assinatura, nome e n <mark>úmero</mark> de identida	ide do declarante

E-MAIL: camaraitapissuma@gmail.com